

CHEFES INVISÍVEIS, PRECARIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO E A PROMESSA DE LIBERDADE

FLOR WIENKE TAVARES¹; DANIELE BORGES BEZERRA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – florwienke@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – borgesfotografia@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A ascensão das plataformas digitais que intermediam a relação entre prestadores e tomadores de serviços, sobretudo por meio de aplicativos, tem reconfigurado o mundo do trabalho nos últimos anos. Sob a retórica do empreendedorismo individual, consolidou-se um modelo laboral mediada que prescinde de vínculos empregatícios formais, transferindo para os trabalhadores os riscos e custos da atividade. Esse processo, que tem sido chamado de uberização ou plataformação do trabalho, é um dos desdobramentos do neoliberalismo sobre as relações de trabalho, que resulta em uma forma velada de precarização (FRITZEN; MISOCZKY, 2018).

No Brasil, esse fenômeno vem se ampliando: segundo o último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 2022, cerca de 1,5 milhão de pessoas exerceram atividades remuneradas via plataformas digitais, principalmente como motoristas e entregadores (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2023). Esse dado aponta para uma nova faceta do trabalho, na qual as empresas-plataforma surgem para a população trabalhadora autônoma como uma alternativa disponível e aparentemente “libertadora” diante da escassez de oportunidades de emprego formal. Nela, entretanto, há uma negação do vínculo de trabalho justificada por uma ideia de flexibilidade, muito embora as condições, regras e remuneração sejam intransferivelmente controladas pelas próprias empresas e não pelos trabalhadores. As plataformas, portanto, agem como um “chefe invisível”.

Assim, a garantia constitucional dos direitos trabalhistas - historicamente conquistados através da luta da classe trabalhadora - é estrategicamente ignorada. Essa flexibilização das relações de trabalho soma-se a outros elementos na crescente de uma nova lógica de insegurança, característica à sociedade contemporânea (BECK, 2002), resultando na necessidade, por parte da classe trabalhadora, de contínua reinvenção de si a fim de permanecer relevante no mercado. Não à toa, a plataformação aparece em diferentes segmentos laborais: são serviços de entrega, transporte de passageiros, ensino remoto, limpeza de casas, cuidado a idosos, conserto de objetos, atendimento psicológico e prostituição, entre tantos outros exemplos.

O presente resumo sintetiza o projeto de pesquisa elaborado no contexto de ingresso para o Mestrado em Antropologia da UFPEL. Diante do cenário aqui introduzido, a pesquisa busca construir, junto a trabalhadores/as de empresas-plataforma ou empresas-aplicativo da cidade de Pelotas (RS), um entendimento desse modelo de trabalho a partir da perspectiva da experiência vivida. Pretende-se investigar como essas pessoas elaboram tais experiências a partir de suas subjetividades, atravessadas pelas tensões entre liberdade e subordinação; como constroem estratégias para lidar com as exigências atribuídas pelas plataformas; quais são suas jornadas de trabalho diárias e como narram suas histórias. A partir de uma abordagem etnográfica, o trabalho se insere tanto no campo da Antropologia do Trabalho quanto no da Antropologia Urbana, buscando

compreender e discutir como a precarização se manifesta cotidianamente nas trajetórias de vida (KOFES, 2001) dessa classe trabalhadora.

Além de entender as contradições vividas nesse contexto, interessa compreender como desigualdades históricas de gênero, raça e classe atravessam essas experiências. Pretendo, portanto, estabelecer relação com interlocutores de diferentes perfis sociais, evitando a homogeneização das experiências que, na prática, são diversas e desiguais. Assim, a pesquisa não trata apenas da plataformização do trabalho como fenômeno abstrato, mas como prática social situada (HARAWAY, 1995) e marcada por diferentes formas de vulnerabilidade e resiliência.

2. METODOLOGIA

Como propõem Magnani (2009) e Peirano (2014), a etnografia se configura não apenas como uma ferramenta de pesquisa, mas também como uma prática relacional e reflexiva, em que o encontro entre pesquisadora e interlocutor/a produz conhecimento. Essa escolha não é apenas técnica, mas epistemológica, ou seja, parte do princípio de que o conhecimento é produzido no encontro, como uma forma de produzir relações de correspondência (INGOLD, 2023) entre pesquisadora e interlocutor/a. Inspirada também em Abu-Lughod (2012), a pesquisa rejeita perspectivas generalizantes e busca compreender como as próprias interlocutoras e interlocutores constroem significados, estratégias e resistências em relação às dinâmicas que as/os atravessam.

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observações nos contextos de trabalho das/dos trabalhadoras/es de empresas-plataforma (cujo nicho ainda não foi definido, pois a pesquisa está em sua fase exploratória), tanto nos momentos de prestação de serviço, quanto entre esses momentos, além de interações por meio de redes sociais relacionadas. Pretendo, portanto, articular o campo presencial com o digital, dado que boa parte da sociabilidade dessas pessoas se organiza em grupos de WhatsApp, fóruns e em plataformas como Instagram e Facebook. Essa escolha metodológica dialoga com a perspectiva de Escobar (2016), que vê o ambiente cibernetico como um espaço de articulações entre pessoas e tecnologias, suscitando reflexões e possibilidades para a etnografia em ambientes digitais.

A análise se dará tanto em termos de condições materiais de trabalho – rendimentos, jornadas, vantagens e dificuldades – quanto em termos subjetivos, ligados a sentimentos, por exemplo, de autonomia, cansaço, insegurança, autoestima e pertencimento. Outro aspecto metodológico fundamental será a análise crítica, simbólica e política dos discursos relativos à atual transformação do cenário de trabalho, considerando-se o contexto nacional e internacional de expansão do neoliberalismo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho encontra-se em estágio inicial de realização, em fase exploratória, apresentando até então resultados preliminares a partir da revisão bibliográfica de parte das discussões antropológicas e sociológicas que me antecedem. Um dos grandes pilares da discussão será a noção de trabalho, que passa, breve, mas necessariamente, pela história desse tema. Kesküla (2022) faz um apanhado diacrônico e pontua questões que são chave para a formação das perspectivas antropológicas do trabalho. Dentro da discussão da influência neoliberal ao mercado de trabalho - um dos pontos centrais desta pesquisa - a autora elucida que herdamos, culturalmente, a percepção do “trabalho como uma atividade

moralmente positiva” por si só, de modo que “ainda que não carregue necessariamente um componente religioso, permanece no mundo ocidental uma forte ética do trabalho” (KESKÜLA, 2022, p. 439).

A governança algorítmica e o colonialismo digital (HAN, 2018; HUI, 2020; BEIGUELMAN, 2021), conceitos centrais para esta pesquisa, aparecem como formas de controle invisível que substitui a figura tradicional do patrão. O algoritmo define preços, ordens de serviços e critérios de avaliação, impondo regras e limitando a agência por parte das/os prestadoras/es de serviços. Essa formatação limitada das opções sobre questões rotineiras do trabalho, via aplicativo, contrasta com a retórica de autonomia que estes propagam. Como aponta Vieira et al. (2021), a psicopolítica neoliberal mobiliza a ideia de autonomia como mecanismo de coação, por meio da premissa de que o sucesso decorre do esforço pessoal, ignorando as disparidades estruturais da realidade social em que estão inseridos as trabalhadoras e os trabalhadores.

Outro aspecto que identifico é a naturalização da precarização no imaginário coletivo. O discurso do empreendedorismo de si, incentivado pelas empresas em questão, é replicado pela população geral, de modo que se acredita que o sucesso dependa apenas de esforço individual, embora se reconheça a instabilidade de suas condições. Essa contradição, como apontam Fritzen e Misoczky (2018), mostra como o neoliberalismo produz a aceitação das desigualdades como naturais, ofuscando a visão de horizontes alternativos ao pensamento neoliberal. Esse argumento está em consonância com Lukács (2003), que discute como o fetichismo das mercadorias (neste caso, serviços) oculta as relações de exploração no trabalho.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa oferece, até então, uma análise crítica da plataformação do trabalho, evidenciando sua contradição central: enquanto vende uma narrativa de liberdade meritocrata, impõe condições de maior vulnerabilidade quantos aos direitos trabalhistas, junto à insegurança e ao controle invisível dos algoritmos. Os trabalhadores e trabalhadoras se encontram em uma posição paradoxal, entre a sensação de gerir suas condições de trabalho e a realidade de estar submetidos/as não só às inegociáveis regras algorítmicas, como também ao fato de que o trabalho “plataformizado” é frequentemente o único disponível.

Adicionei que, com base na bibliografia consultada até o momento, elejo priorizar o termo “plataformação” em detrimento de “uberização”, pois o primeiro traz visibilidade à amplitude desse fenômeno, que se manifesta de forma similar em diferentes segmentos do trabalho, enquanto o último provém do nome de uma empresa específica, dentro de um ramo específico. Como menciona Gómez (2022), apesar da tecnologia estar entranhada em inúmeros aspectos da vida contemporânea, alguns pontos caracterizam a experiência específica das empresas-plataforma, como a mediação entre prestadores/as e contratantes com vantagens econômicas para a empresa, que se exime da condição de empregadora, somada ao elemento tecnológico que inclui algoritmos e avaliações, resultando nessa ideia de autonomia, regida por um “patrão invisível”.

A expectativa é que os resultados finais lancem luz sobre os modos pelos quais trabalhadoras e trabalhadores negociam significados e elaboram estratégias diante de um modelo de trabalho que, ao mesmo tempo em que promete liberdade, reproduz a exploração na contemporaneidade. Portanto, acredito que, a partir da perspectiva das pessoas inseridas nesse contexto de trabalho, a pesquisa permitirá

compreender as repercuções cotidianas da plataformação do trabalho e suas implicações sociais mais amplas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 451-470, 2012.
- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país.** 25 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2002.
- BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem:** vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: UBU Editora, 2021. 1. ed. 224 p.
- CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, v. 17, n. 15, p. 107-147, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. Bem-vindos à Cyberia: notas para uma Antropologia da Cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura.** Brasília: ABA, p. 21-66, 2016.
- FRITZEN, Fabiano Milano; MISOCZKY, Maria Ceci. O fetiche das empresas-aplicativo. In: FRITZEN, Fabiano Milano (Org.). **Nuevas formas de organización y trabajo.** Santiago: Red Pilares, 2018.
- GÓMEZ, G.S.R. **Etnografia dos valores do trabalho e do dinheiro entre motoristas de aplicativo em Porto Alegre (Brasil) e Atlanta (EUA).** 2022. 10,75 MB. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HUI, Yuk. **Tecnodiversidade.** Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2020. 224 p.
- INGOLD, Tim. **Correspondencias:** Cartas al paisaje, la naturaleza y la tierra. Barcelona (ES): Editorial Gedisa, 2023.
- KESKÜLA, Erika; MARINS, César Teixeira. Perspectivas antropológicas sobre o trabalho. Niterói: **Antropolítica**, 2022.
- KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.
- HAN, Byung-Chul. **No enxame: Perspectivas do digital.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1. ed., 2018. 136 p.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014.
- VIEIRA, Fernando de Oliveira; FREITAS, Lêda Gonçalves de; SILVA, Marcela Soares; MOURA, Flávia de Almeida. Precariedade das relações de trabalho: uberização e escravidão contemporânea. In: MONTEIRO, Janine Kieling et al. (Orgs.). **Trabalho, Precarização e Resistências.** São Luís: EDUFMA, 2021.